



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

PROJETO DE LEI N. ____ DE 2025.
AUTOR: DEPUTADO ESTADUAL CRISTIANO D'ANGELO (MDB)

Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento Rural dos Produtores da Comunidade São Lázaro.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento Rural dos Produtores da Comunidade São Lázaro - DOMINGUINHO, com sede localizada no Lago Grande, Rio Manacapuru, Comunidade São Lázaro, CEP 69.425-000, município de Caapiranga/AM, fundada em 10 de março de 1988, com CNPJ nº 06.916.325/0001-03, associação privada sem fins lucrativos, tem como objetivo de congregar as famílias, promovendo o empreendedorismo no meio rural com vista ao desenvolvimento local e melhoria de qualidade de vida aos comunitários.

Parágrafo único. A utilidade pública prevista no *caput* deste artigo anterior aplica-se, no que couber, no âmbito do Estado do Amazonas, ficando o Poder Executivo responsável pelas providências necessárias ao cumprimento da presente legislação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 19 de maio de 2025.

CRISTIANO D'ANGELO
Deputado Estadual – MDB



CRISTIANO D'ANGELO
DEPUTADO ESTADUAL

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3950 - 3º Andar - Parque 10 de Novembro
Manaus-AM • CEP: 69050-030 • ☎ (92) 3183-4419

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2025.10000.00000.9.020903:

CRISTIANO DA SILVA DANGELO - DEPUTADO(A) - EM 19/05/2025 12:03:37

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 132B5A6500136BA0 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

JUSTIFICATIVA

A Associação de Desenvolvimento Rural dos Produtores da Comunidade São Lázaro, com sede no município de Caapiranga, no Estado do Amazonas, desempenha um papel fundamental no fortalecimento da agricultura familiar e no desenvolvimento sustentável da região. Sua atuação é essencial para a melhoria das condições socioeconômicas dos pequenos produtores rurais, promovendo inclusão social, geração de renda e segurança alimentar para as famílias que dependem da atividade agrícola.

A entidade tem se destacado na organização dos trabalhadores do campo, fomentando práticas agrícolas sustentáveis, a valorização dos produtos locais e o acesso a programas governamentais voltados para o setor. Além disso, a Associação atua na capacitação dos produtores, proporcionando conhecimento técnico e incentivos para a modernização da produção, sempre respeitando as tradições e a biodiversidade da Amazônia.

A concessão do título de utilidade pública a essa instituição permitirá que ela amplie suas parcerias, obtenha mais recursos e fortaleça sua capacidade de atuação, beneficiando diretamente os produtores e suas famílias. Esse reconhecimento formal contribuirá para a implementação de novos projetos, a ampliação da infraestrutura agrícola e o aprimoramento das condições de trabalho e comercialização dos produtos cultivados na região

O referido projeto de Lei tem iniciativa de competência de membro desta Casa, em obediência aos ditames do art. 33, da Constituição do Estado do Amazonas c/c o art. 87, inciso I do Regimento Interno n. 469 desta Augusta Casa, e quanto aos requisitos necessários descritos no art. 1º da Lei 86/1963, senão vejamos:

Art. 33. *A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao procurador-Geral de Justiça, ao Defensor Público Geral, ao Tribunal de Contas do Estado e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Art. 87. *A apresentação de projetos respeita a iniciativa privativa, nos termos da Constituição do Estado, admitindo-se as seguintes hipóteses quanto à autoridade:*

I – Deputado e/ou Deputados em conjunto, sendo considerados autores todos os seus signatários;

Art. 1º - *As sociedades civis, as associações de classes e as funções existentes no Estado, para servir exclusiva e desinteressadamente à coletividade, podem ser declaradas de utilidade pública, provados os seguintes requisitos:*

- a) que adquiriram personalidade jurídica;*
- b) que estão em efetivo funcionamento servem desinteressadamente à coletividade;*
- c) que os cargos de sua diretoria não são remunerados;*
- d) que não estão pendentes de suspeitas ou sindicâncias policiais;*



CRISTIANO D'ANGELO
DEPUTADO ESTADUAL

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3950 - 3º Andar - Parque 10 de Novembro
Manaus-AM • CEP: 69050-030 • ☎ (92) 3183-4419

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2025.10000.00000.9.020903:

CRISTIANO DA SILVA DANGELO - DEPUTADO(A) - EM 19/05/2025 12:03:37

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 132B5A6500136BA0 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

e) que estão quites com o respectivo órgão da Previdência Social e a Delegacia do Imposto de Renda.

Diante da relevância social e econômica da Associação de Desenvolvimento Rural dos Produtores da Comunidade São Lázaro, solicita-se o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste projeto de lei, assegurando o devido reconhecimento a uma entidade que tanto contribui para o desenvolvimento rural e sustentável do município de Caapiranga e do Estado do Amazonas

PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 19 de maio de 2025.

CRISTIANO D'ANGELO
Deputado Estadual – MDB



CRISTIANO D'ANGELO
DEPUTADO ESTADUAL

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3950 - 3º Andar - Parque 10 de Novembro
Manaus-AM • CEP: 69050-030 • ☎ (92) 3183-4419

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2025.10000.00000.9.020903:

CRISTIANO DA SILVA DANGELO - DEPUTADO(A) - EM 19/05/2025 12:03:37

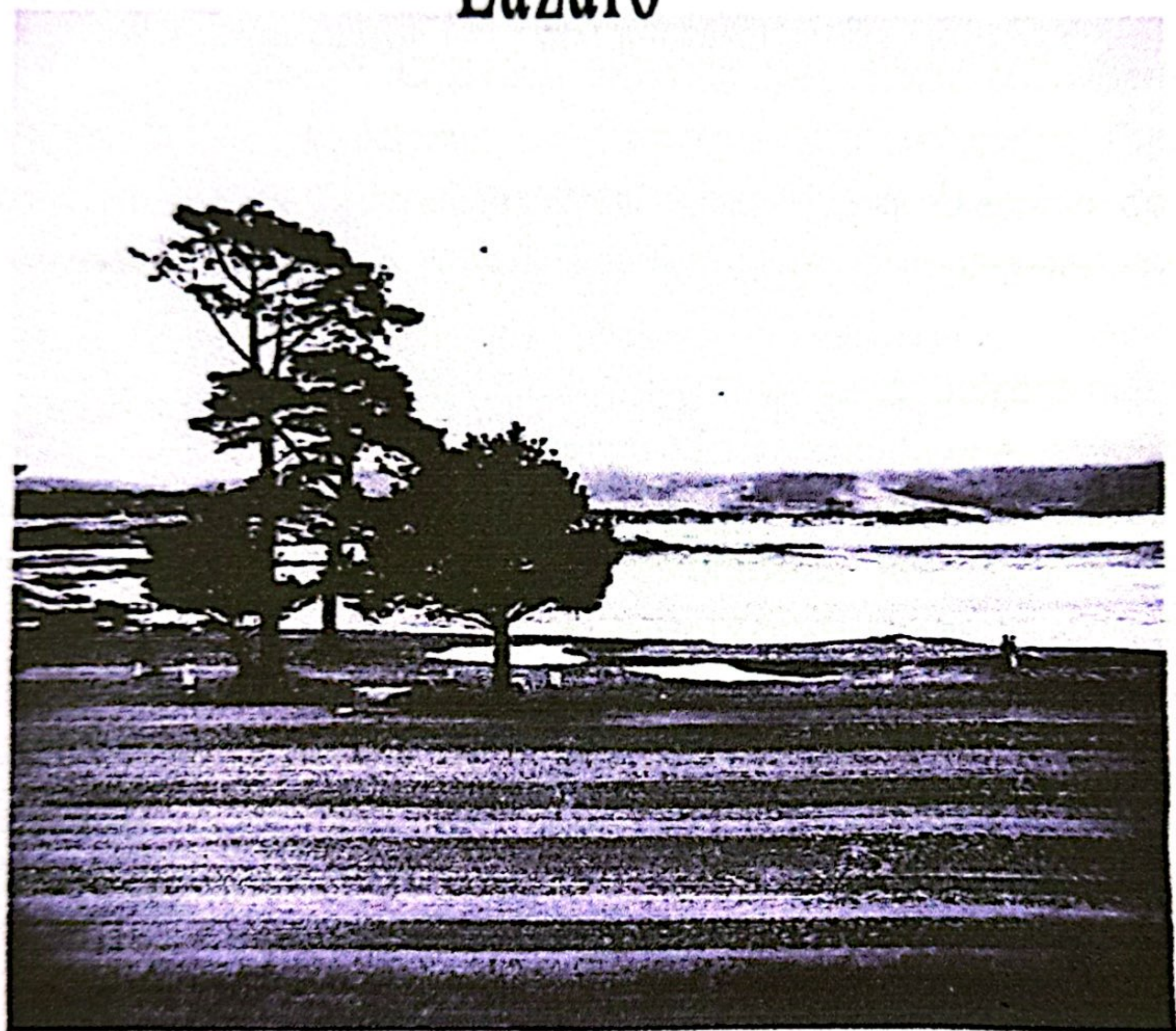
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 132B5A6500136BA0 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>



Estado do Amazonas

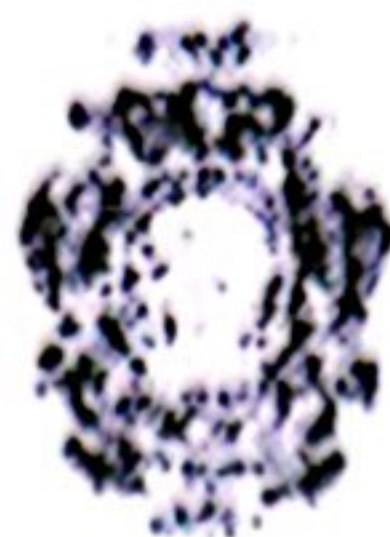
ESTATUTOS

Associação de Desenvolvimento
Rural dos Prod. da Comunidade São
Lázaro



Lago Grande - Dominguinho
Caapiranga - Amazonas

Produtos:
Dendê, Bani, Macaxeira, Mandioca (farinha), Copra, etc.



ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO
CARTORIO DO JUDICIAL E ANEXOS DA COMARCA DE CAAPIRANGA

Cristian Mendes da Silva
Oficial

CARTÓRIO DO JUDICIAL F ANEXOS
COMARCA CAAPIRIRAN: 5A

COMARCA CAIAPOA
Cristian Mendes da Silva
ESCRIVÃO-TARELÃO E OFICIAL
MARGAS, 345-258

PLA 32 "ULI" VARGAS, 345-25TH?

CERTIDÃO

CRISTIAN MENDES DA SILVA, MD. Escrivão do
Cartório do Judicial e Anexos da Comarca de Caapiranga, Estado do
Amazonas, República Federativa do Brasil, em pleno exercício do cargo,
etc...x-x

CERTIFICA, em virtude de atribuições que lhe são conferidas por lei e a requerimento de parte interessada que, revendo neste cartório, a meu cargo, os livros competentes, deles verificou que às fls.132 à 136 do livro B-01 sob o nº 032, encontra-se registrada a ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL PARA FUNDAÇÃO E O ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DOS PRODUTORES DA COMUNIDADE SÃO LÁZARO, Instituição jurídica de direito privado, prestadora de serviços de assistência social, sem fins lucrativos. O referido é verdade, dou fé. Dado e Passado nesta Cidade de Caapiranga, Estado do Amazonas, aos vinte e sete(27) dias do mês de julho(07) do ano de dois mil e quatro(2004). Eu..... (Cristian Mendes da Silva), Escrivão, a digitei, subscrevi e assino.

Cristian Macedo da Silva
 ESCRIVÃO-TABELIÃO e Escrivão
 CPF 038.341.328-49

ESTATUTO

DA

Associação de Desenvolvimento Rural dos Produtores da Comunidade São Lázaro

Sede: Centro Social da Comunidade – Dominguinho – Lago Grande – CEP: 69.410-000
Rio Manacapuru – Zona Rural – Fundada em: 10/03/1988
Caapiranga - Amazonas - Brasil

Capítulo I	= Da Sociedade, Sede e Foro.
Capítulo II.	= Dos Objetivos.
Capítulo III	= Da Natureza e Finalidade.
Capítulo IV	= Dos Meios e Recursos.
Capítulo V	= Do Patrimônio.
Capítulo VI	= Dos Sócios, Seus Direitos e Deveres.
Capítulo VII	= Da Organização e Administração.
Capítulo VIII	= Das Eleições, Posses e Exercícios, dos Mandatos.
Capítulo IX	= Da Dissolução.
Capítulo X	= Das Disposições Transitórias.

610 - Capítulos.

44 - Artigos.

10 - Páginas.

Associação de Desenvolvimento Rural dos Produtores da Comunidade São Lázaro

Sede: Centro Social da Comunidade – Dominginho – Lago Grande – CEP: 69.410-000

Rio Manacapuru – Zona Rural – Fundada em: 10/03/1988

Caapiranga - Amazonas - Brasil

CAPITULO I.

DA SOCIEDADE, SEDE E FORO

Art. 1º

A Associação de Desenvolvimento Rural dos Produtores da Comunidade São Lázaro, designada também pela sigla "Dominginho", Instituída, organizada e fundada em dez de março de mil novecentos e oitenta e oito, originada de movimento espontâneo dos habitantes da Comunidade, por tempo indeterminado, com sua sede no Centro Social, localizada no Lago Grande, Rio Manacapuru, Comunidade São Lázaro, foro na comarca de Caapiranga, Município do mesmo nome, Estado do Amazonas, reger-se-á pelo presente Estatuto e pelos dispositivos legais ou Regulamentares que lhes forem aplicáveis. As reuniões da Associação serão no endereço acima ou em qualquer outro local previamente determinado.

CAPITULO II.

DOS OBJETIVOS

Art. 2º

A Associação tem por objetivo:

Representar em qualquer situação, os interesses e aspirações da Comunidade e seus membros agricultores, trabalhadores rurais, propiciando uma participação ativa em sua defesa, da liberdade individual ou coletiva, pelo respeito à justiça Social, pelos direitos da cidadania fundamentais do ser humano, perante os Órgãos Públicos.

Participar dos Conselhos Estaduais e Municipais, da Saúde, da Educação e do desenvolvimento, dos órgãos Públicos do Estado do Amazonas, e dos demais conselhos instituídos inclusive como parceiros do PROGRAMA PARCEIROS DO DESENVOLVIMENTO, junto ao Conselho Municipal da AFEAM, desde que submetido à Assembléia Geral as normas e regulamentos emanados daquela instituição sendo referendado posteriormente em ata a autorização.

São objetivos específicos da Associação:

a – Promover atividades assistenciais na Saúde e Educação, diretamente, ou através do Município, do Estado, da União, do Exterior ou de instituições filantrópicas, para os Associados, idosos, deficientes, crianças, adolescentes e mulheres grávidas.

b – O desenvolvimento Econômico e Social, a proteção, o amparo, a reabilitação e os serviços de Saúde e Educação da Comunidade em geral, especialmente das crianças, adolescentes, mulheres grávidas, idosos e deficientes, o aprimoramento das relações entre Governo Municipal, Estadual, e Federal.

c – Incentivar e promover o desenvolvimento Sócio, Cultural, Desportivo e Recreativo, e na Agricultura, manter e preservar as áreas verdes, Leitos dos Igarapés e lagos. Manter o entrosamento sistemático na Realização de Obras e Melhoramentos na Comunidade, com recursos próprios, ou obtidos pôr doações, empréstimos ou Convênios, com o Município, Estado, União ou do Exterior.

d – Proporcionar aos associados e seus dependentes, atividades econômicas, Culturais, desportivas, e a Instalação de locais apropriados para a exposição e venda da produção da Comunidade, na sede do Município ou em outro se for necessário.

e – A confraternização de todos para o bem estar, paz e felicidade comuns; máxime, em se tratando dos Deveres para com a Família, com a Sociedade, com a Pátria e acima de tudo, para com DEUS, ampliando assim o espírito de cordialidade e camaradagem, agregando todos os membros da Comunidade, associados e os demais moradores da periferia da área abrangida pela Associação.

f – Firmar convênio ou financiamentos junto aos BANCOS Estaduais, Federais e Linhas de Créditos Municipais ou Estaduais, endossar, avalizar ou o que se fizer necessário à tomada de créditos bancários pelos associados, objetivando o desenvolvimento sócio econômico do associados.

g - Defender os associados em questões sobre o Direito do Consumidor, Direitos Difusos Ambientais e Ecológicos.

CAPITULO III.

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 3º

DA NATUREZA

A Associação, é uma instituição jurídica de direito privado, prestadora de Serviços de Assistência Social, sem fins lucrativos. (Lei 9.522/97) não remunera, nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, a seus associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes. Não distribui resultados, lucros, vantagens,

COMARCA CAAPIRIRANGA

Cristian Mendes da Silva
ESCRIVÃO-TABELIÃO E OFICIAL

ESTADO DO AMAPÁ, 30/05/2025

União das Entidades Comunitárias
do Município de JUECO

Flávio de Melo Souza
CPF: 013.852.342-49
Prádonal

Dr. Alexandre B. Mendes
ADVOGADO
OAB-AM 3977

dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio a dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma ou pretexto.

Parágrafo Único:

No desenvolvimento de suas atividades, a Associação e seus dirigentes, não farão distinção alguma quanto a Raça, Condição social, Cor, Nacionalidade, Credo político ou Religioso, Profissão ou Sexo.

Tem por finalidade:

- a - Proporcionar a integração e o Desenvolvimento da Família com a Comunidade no meio Rural, agregando-os em torno da Associação.
- b - Promover palestras, cursos educacionais, seminários, congressos, atividades culturais e de lazer para a Comunidade, visando ampliar o conceito Família, Comunidade, transformando-o em centro de integração, agregação e desenvolvimento comunitário.
- c - Auxiliar os membros associados a obterem empréstimos e doações junto as organizações Bancárias, e demais órgãos públicos, do Município, Estado, União ou do Exterior.
- d - Para cumprir suas finalidades, a Associação se organizará em tantas unidades de prestação de serviços quantas forem necessárias ao seu desenvolvimento, regendo-se pelo presente Estatuto e por seu Regimento Interno.

CAPITULO IV

DOS MEIOS E RECURSOS

Art. 4º

Os meios de recursos da Associação, serão provenientes de:

- a - Contribuição dos sócios.
- b - Subvenções e Auxílios.
- c - Convênios.
- d - Doações.
- e - Promoções diversas.
- f - Rendas de aplicações de recursos.
- g - Prestação de serviços e Taxas.
- h - Outras fontes.

§ - 1º

A Contribuição dos sócios será obrigatória para a constituição do fundo financeiro da Associação.

§ - 2º

A contribuição deverá ser paga por cada membro adulto da família, respeitado o Art. 8º, § 2º.

§ - 3º

As contribuições dos associados, bem como as arrecadadas sob qualquer outra forma, serão depositadas em estabelecimento bancário, em conta da Associação a ser movimentada pelo Presidente e tesoureiro.

Art. 5º

A aplicação dos recursos financeiros, constará no plano anual de trabalho da Associação, sendo empregados de acordo com decisão da Assembléia Geral, aplicando integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

CAPITULO V

DO PATRIMÔNIO

Art. 6º

O patrimônio será constituído de bens móveis, utensílios, imóveis, veículos e semoventes, ações, apólices de dívida pública, contribuições dos associados, auxílios e donativos em dinheiro.

Parágrafo Único:

Os bens móveis, assim como os valores, devem ser obrigatoriamente contabilizados e inventariados integrando o Patrimônio.

Art. 7º

Caso a Associação seja por qualquer motivo destituída e liquidada, seus bens moveis, imóveis, utensílios e outros remanescentes, serão destinados a uma entidade pública beneficente, a critério da Assembléia Geral ou a uma outra entidade publica ou congênere, devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

CAPITULO VI

DOS SÓCIOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Art. 8º

DOS SÓCIOS

Poderão ser admitidos como sócios:

- 1 - Todos os moradores com idade superior a de dezesseis (16) anos, residentes na Comunidade.
- 2 - No ato de sua admissão, o sócio deverá apresentar cópias de sua Identidade, do CPF, do Título de Eleitor e da Certidão de nascimento.

CARTÓRIO DO JUIZ DE PAZ
COMARCA CAAPIRIRANGA

Cristian Mendes da Silva
ESCRIVÃO-TABELIÃO E OFICIAL

União das Entidades Comunitárias
de Maracá - UECOM

Raimundo Manoel Souza
CPF: 019.652.342-49
Presidente

Ar. Alexandre D. Mendes
ADVOGADO
OAB-AM 3977

PLA GILVILDO VARGAS, 345-CENTRO

§ - 1º - Somente os moradores da Comunidade que fizerem inscrever seus nomes na lista dos associados, poderão votar e ser votados.

§ - 2º - Serão considerados associados, os que forem aceitos e se comprometerem a pagar a mensalidade de 3,0% (três por cento) sobre o salário mínimo vigente no Estado e uma TAXA simbólica de admissão no valor de 7,0 % sobre o salário mínimo para constituição do Fundo Financeiro.

§ - 3º - Qualquer reajuste nas mensalidades, deverá ser levado a apreciação da Assembleia Geral, em dia previamente estabelecido e com convocação por Edital, Faixas, pelo sistema de "Alto Falante" da Comunidade ou qualquer outro meio de comunicação disponível.

§ - 4º - Os sócios Beneméritos e Voluntários, não estando sujeitos ao pagamento da mensalidade, podem no entanto, participar das promoções da entidade, bem como das reuniões e Assembleia, sem direito a voto.

Art. 9º

A Associação terá as seguintes categorias de sócios:

- a - Natos;
- b - Comunitários Contribuintes;
- c - Voluntários;
- d - Beneméritos.

§ - 1º

Constituem a categoria dos sócios Natos, os Fundadores da Associação.

§ - 2º

Constituem a categoria de sócios Comunitários - Contribuintes, os moradores da Comunidade, com mais de seis meses de residência fixa, desde que concordem e aceitem as normas estatutárias em vigor.

§ - 3º

Só terá condições de candidatar-se ao cargo de Presidente, o sócio nato, com mais de dois (02) anos de residência fixa na Comunidade e que seja agricultor ou agricultora exercendo suas atividades como trabalhador no campo.

§ - 4º

Constituem a categoria de Sócios Beneméritos e Voluntários, as pessoas que pertencendo ou não a Associação, prestem serviços relevantes a ela e assim o forem considerados pela Diretoria.

Art. 10º

O Afastamento do Associado dar-se-á:

- a - Quando solicitar oficialmente.
- b - Por ato da Diretoria, quando sua conduta for considerada incompatível com as normas estatutárias e regimentais, sendo-lhe assegurada ampla defesa.
- c - Ou quando faltar a três reuniões consecutivas ou a cinco alternadas.

Art. 11º

SÃO DIREITOS DOS SÓCIOS:

- a - Votar e ser votado nas Eleições para renovação dos membros da Diretoria.
- b - Participar de todas as atividades sociais, assistenciais, culturais, cívicas e desportivas organizadas pela Associação.
- c - Solicitar, quando em Assembleia Geral, esclarecimento a respeito da aplicação dos recursos financeiros da Associação, ou de qualquer outro projeto, por escrito, com resposta verbal proferida pelo Presidente da Assembleia, respeitado o Art. 12º alínea h e Parágrafo Único.
- d - Apresentar sugestões e oferecer colaborações a Associação.
- e - Apresentar novos sócios para ampliação do quadro Social.
- f - Convocar a Assembleia Extraordinária conforme Artigo 17º Parágrafo Único.

§ 1º - Todos os sócios poderão votar, se estiverem em dia com sua contribuição mensal, conforme estabelece o Art. 12º alínea h e Parágrafo Único, mas somente poderão ser votados os sócios Natos e os Sócios contribuintes.

§ 2º - Os sócios Contribuintes só poderão ser votados, se tiverem mais de dois anos de contribuições ininterruptas na Associação.

Art. 12º

SÃO DEVERES DOS ASSOCIADOS:

- 1 - Conhecer e cumprir fielmente as disposições deste Estatuto e regulamento interno em vigor.
- 2 - Comparecer as reuniões da Assembleia Geral e outras para as quais forem convocados, ficando obrigados a assinar o livro de frequência.
- 3 - Colaborar com as iniciativas e promoções da Associação e zelar pelo patrimônio moral, cívico e pelos bens patrimoniais da Associação.
- 4 - Desempenhar com competência as missões e os cargos para os quais for designado ou eleito pela Assembleia Geral.
- 5 - Prestar a Associação, serviços gerais ou de sua especialidade profissional conforme suas possibilidades.
- 6 - Cooperar de acordo com suas possibilidades para a construção do FUNDO FINANCEIRO da Associação.
- 7 - Responsabilizar-se pelo uso do prédio ou das dependências e equipamentos móveis e utensílios da Associação, quando designado para a execução das atividades programadas pela mesma.

ARTÓRIO DO JUDICIAL E ANEXOS
COMARCA CAAPIRIRANZA

Cristian Mendes da Silva
ESCRIVÃO-TABELÃO E OFICIAL

União das Entidades Comunitárias
de Maracápurú - UECOM

Raimundo João Souza
CPF: 018.852.342-49
Presidente

Dr. Alexandre B. Mendes
ADVOGADO
OAB-AM 3977

LA GZULIP VARGAS, 345-CENTRO

Pagar pontualmente sua mensalidade, sob pena de não participar da Assembléia ou reuniões.

Parágrafo Único:

Se o sócio contribuinte, estiver com mais de uma prestação atrasada, poderá atualizar no dia em que for participar de qualquer Reunião, sendo admitido de imediato, com a apresentação do recibo de quitação.

Art. 13º

Os Sócios, sem distinção alguma, são passíveis das seguintes penalidades:

- a - Advertência.
- b - Suspensão.
- c - Exclusão.

Parágrafo Único:

Nenhuma penalidade deverá ser aplicada sem uma prévia defesa por parte do sócio, entretanto deverão ser regulamentadas posteriormente.

CAPITULO VII

DA ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Art. 14º

São Órgãos da Associação;

- a - Assembléia Geral;
- b - Diretoria executiva;
- c - Conselho Fiscal.

Art. 15º

DA ASSEMBLÉIA GERAL

A *Assembléia Geral* é o órgão soberano da vontade social dos membros inscritos na Associação, e realizar-se-á *Ordinariamente, uma vez por ano, na segunda semana do mês de Janeiro, para:*

- a - Apreciar o relatório anual da diretoria.
- b - Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho FISCAL.

§ - 1º

A *Assembléia Geral* constituída pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal e por todos os sócios conforme o Art. 9º § 2º

§ - 2º

A *Assembléia Geral* será ordinária ou extraordinária.

Art. 16º

A *Assembléia Geral Ordinária*, constituída pela totalidade dos associados, e será convocada pelo Presidente da Associação, ou pelo Presidente do Conselho Fiscal, com no mínimo dez (10) dias de antecedência.

Art. 17º

A *Assembléia Geral Extraordinária* reunir-se-á sempre que for necessário para examinar matéria urgente ou não regulamentada.

§ 1º

A *Assembléia Geral Extraordinária* será convocada pelo Presidente, pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por um quinto (1/5) dos associados, desde que estejam em dias com suas obrigações sociais, conforme Art. 12º, alínea h e parágrafo único.

§ 2º

Na convocação da *Assembléia Geral* pelo Presidente, o mesmo ficara impedido de exercer a presidência, se a *Assembléia* versar sobre alguma irregularidade de sua administração, sendo escolhido entre os presentes, por votação simples, um cidadão (ã) para presidir os trabalhos.

Art. 18º

A convocação para *Assembléia Geral* será feita através de Edital de Convocação afixado no mural da sede da Associação, além da remessa de Circular aos sócios com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência da data prevista para sua realização, ou por qualquer outro meio de comunicação disponível.

§ - 1º

A *Assembléia Geral* realizar-se-á em primeira convocação com a presença de mais da metade dos sócios (50% +1) ou em segunda convocação, meia hora (1/2) depois com qualquer número, obedecendo o disposto no Art. 12 alínea h e parágrafo Único.

§ - 2º

As deliberações das *Assembléias Gerais* serão aprovadas pela maioria dos sócios presentes.

Art. 19º

Compete a Assembléia Geral Ordinária:

- 1 - Eleger o Presidente da Associação.
- 2 - Aprovar ou não o plano de trabalho anual.
- 3 - Aprovar ou não o relatório anual e prestações de contas referentes ao exercício anterior com base em parecer por escrito, do Conselho Fiscal e Deliberativo.

Deliberações sobre assuntos gerais de interesses da Associação, constantes no Edital de Convocação.

ÓRGÃO DO JUDICIAL - ANEXOS
COMARCA CAAPIRIRAN

Christian Mendes da Silva
ESCRIVÃO-TABELÃO E OFICIAL

CECILIA VARGAS, 345-72111

União das Entidades Comunitárias
de Maracá - UECOM

Reimundo João Souza
CPF: 018.652.342-49
Presidente

Dr. Alexandre B. Mendes
ADVOGADO
OAB-AM 3977



5- Determinar a perda do mandato da Diretoria, do Conselho Fiscal, por violação deste Estatuto ou do Regimento, nestes casos as deliberações necessariamente deverão ser aprovadas por dois terços (2/3) dos sócios, conforme disposto no ART. 12º Alínea g e Parágrafo Único.

Art. 20º

Compete a Assembléia Geral Extraordinária:

- 1 - Deliberar sobre assuntos motivadores da convocação.
- 2 - Deliberar sobre as modificações deste Estatuto e homologá-lo.
- 3 - Deliberar sobre a dissolução da Associação, ou a perda do mandato de seu Presidente e demais membros da Diretoria por infringir este Estatuto ou Regimento, nestes casos as deliberações necessariamente deverão ser aprovadas, por 2/3 (dois terços) dos sócios.
- 4 - Empossar o Vice Presidente ou qualquer outro membro da Diretoria ou do Conselho, quando os cargos estiverem vagos por motivos de doença, dolo, renúncia ou abandono.

DA DIRETORIA

Art. 21º

A Diretoria é o órgão executivo e coordenador da Associação, composta de:

- a - PRESIDENTE;
- b - VICE PRESIDENTE;
- c - SECRETÁRIO GERAL;
- d - 2º SECRETÁRIO;
- e - TESOUREIRO;
- f - 2º TESOUREIRO.

Parágrafo Único:

O mandato do Presidente, será de TRÊS ANOS, podendo concorrer a reeleição por mais de um mandato.

Art. 22º

Compete a Diretoria da Associação.

- 1 - Dirigir as atividades da Associação, gerir seus interesses financeiros de acordo com o presente Estatuto. Contratar ou demitir funcionários regidos pela CLT.
- 2 - Cumprir e fazer cumprir as determinações da Assembléia, entrosando-se com as instituições públicas ou privadas, afim de manter com as mesmas, uma mútua colaboração em atividades de interesse comum.
- 3 - Elaborar o plano anual de atividades e executá-lo, preparar os relatórios semestrais e anuais, submetendo-os previamente ao Conselho Fiscal e posteriormente aos associados através da Assembléia conforme determina o Art. 19º alínea B e C.
- 4 - Reunir-se-á no mínimo, duas vezes por mês, e extraordinariamente sempre que for necessário.
- 5 - Registrar em ATAS as deliberações da Diretoria quando de suas reuniões ou qualquer ato que mereça registro.
- 6 - Manter escriturados e a disposição de qualquer membro da Associação, desde que esteja em dia com sua contribuição, conforme Art. 12º alínea h e parágrafo Único, os livros, papeis e documentos referentes a mesma.
- 7 - Apresentar balancetes semestrais e anuais ao conselho Fiscal.
- 8 - Integrar o trabalho da Associação com a vida da Comunidade, fornecendo os dados que forem necessários aos membros da Associação, quando solicitado e desde que estejam em dia com sua contribuição, conforme Art. 12º alínea h, parágrafo único.

DO CONSELHO FISCAL

Art. 23º

O Conselho Fiscal é órgão encarregado de fiscalizar financeiramente e administrativamente a entidade, sendo composto de:

- a - Presidente;
- b - Dois Conselheiros
- c - Tres Suplentes.

Art. 24º

Compete ao Conselho Fiscal:

- 1 - Examinar as contas, livros, registros e documentos do exercício, emitindo parecer por escrito, que será anexado ao relatório anual da Diretoria.
- 2 - Convocar Assembléia Geral quando a Diretoria retardar a convocação, ou Extraordinária, sempre que for necessário, conforme Art. 17º parágrafo único.
- 3 - Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a aplicação de recursos, promover sindicâncias ou inquéritos para apurar ocorrências de irregularidades, dando parecer por escrito a Assembléia Geral ou comunicando as Autoridades superiores quando for o caso específico.
- 4 - Analisar e deliberar sobre as atividades executadas pela Associação, fiscalizando o desempenho das comissões.

Parágrafo Único:

Para cada membro efetivo do Conselho Fiscal, haverá um suplente que assumirá na vacância ou impedimento do

ARTÓRIO DO JUDICIAL F ANEXOS
COMARCA CAAPIRIRAN

Cristiar Mendes da Silva
ESCRIVÃO-TABELIÃO E OFICIAL

União das Entidades Comunitárias
de Maracá - UECOM

Raimundo Mate Souza
CPF: 018.862.342-49
Presidente

Dr. Alexandre B. Mendes
ADVOGADO
OAB-AM 3877

Art. 25º

As decisões do Conselho Fiscal, serão tomadas por maioria simples de votos, havendo empate, caberá ao seu Presidente o desempate.

Parágrafo Único:

O mandato do Conselho Fiscal, será de três (03) anos.

Art. 26º**Compete ao PRESIDENTE:**

- 1 - Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto.
- 2 - Representar judicial e extrajudicialmente a Associação.
- 3 - Exercer todos os atos da Administração Geral, inclusive adquirindo bens que facilitem a Administração da Entidade, com recursos próprios ou obtidos por empréstimos.
- 4 - Convocar e presidir todas as reuniões e Assembléias Gerais.
- 5 - Abrir contas e movimentar fundos sob a responsabilidade da Associação, assinando cheques e outros documentos juntamente com o tesoureiro.
- 6 - Assinar juntamente com o Secretário, todas as ATAS das reuniões e assembléias e as correspondências.
- 7 - Autorizar o pagamento de despesas da Associação, visando os respectivos comprovantes.
- 8 - Apresentar no encerramento do ano, o relatório das gestões. Exonerar dos cargos, qualquer membro da diretoria, dando aos mesmos, condições de defesa, junto a Assembléia Geral.
- 9 - Avalizar, endossar ou o que se fizer necessário, em nome da Associação, quaisquer instrumentos de crédito Rural, autorizado em Assembléia Geral e efetivados por seus Associados junto às linhas de Crédito Municipal, aos Bancos Federais; Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Caixa Econômica Federal BNDES e Banco Estadual AFEAM, assumindo compromisso financeiro da sua quitação no caso de sua inadimplência pelo Associado.

i - Designar as Comissões da:

I - Área Social. II Cultural e Educacional. III de Saúde. IV de Esportes.

Parágrafo Único:

As comissões deverão ser constituídas de no mínimo três (03) e no máximo sete (07) pessoas, tendo em cada comissão, um Coordenador (a) e um Secretario (a) sendo posteriormente regulamentado.

Art. 27º**Compete ao Vice-Presidente:**

- a - Auxiliar o Presidente e substituí-lo na vacância ou em seus impedimentos.
- b - Assessorar as Comissões de Trabalho.
- c - Exercer as funções que lhes forem confiadas pelo Presidente, ou em casos especiais, pela Assembléia Geral.

Art. 28º**Compete ao Secretário:**

- a - Atender ao expediente geral, firmando a correspondência ordinária.
- b - Redigir e ler as Atas das reuniões e Assembléias, assinando-as juntamente com o Presidente, organizar e catalogar a documentação da Associação.
- c - Assessorar, dentro de suas possibilidades, o Presidente nos assuntos de interesses da Associação.

Art. 29º**Compete ao 2º Secretário:**

- a - Auxiliar o 1º Secretário e substituí-lo na vacância ou em seus impedimentos.
- b - Exercer as funções que lhes forem atribuídas.

Art. 30º**Compete ao Tesoureiro;**

- a - Responsabilizar-se pela Manutenção da arrecadação e do controle financeiro da Associação.
- b - Apresentar semestralmente à Diretoria e Conselho Fiscal, o Balancete da Receita e despesa acompanhadas dos documentos comprobatórios.
- c - Efetuar pagamentos, assinar recibos, escriturar livros caixa, extrair o balanço financeiro e exigir comprovantes das contribuições, aplicações, auxílios, convênios e doações recebidos.
- d - Assinar juntamente com o Presidente, os cheques ou outros tipos de documentos.
- e - Organizar e manter atualizado a escrituração contábil da Associação e apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembléia Geral.
- f - Conservar sob sua guarda e responsabilidade, o numerário e documentos relativos à Tesouraria, inclusive contas Bancárias.

Art. 31º**Compete ao 2º Tesoureiro:**

- a - Auxiliar o 1º Tesoureiro e substituí-lo na vacância ou em seus impedimentos.
- b - Exercer as funções que lhes forem atribuídas.

Art. 32º

Compete à Comissão SOCIAL: Através de seu Coordenador, promover a integração da Comunidade, via e controle das atividades Sociais, mobilizando a Comunidade para, atendimento a Crianças,

ARTÓRIO DO JUDICIAL E ANEXOS
COMARCA CAAPIRIRAN, PA

União das Entidades Comunitárias
de Maracá - UECOM

Cristian Mendes da Silva
ESCRIVÃO TABELÃO E OFICIAL

Reinaldo Costa Souza
CPF: 018.052.342-49
Presidente

L. Alexandre B. Mendes
ADVOGADO
OAB-AM 3977

LA SE ULIA VARGAS, 345-CENTRO

deficientes, mulheres grávidas, adolescentes e idosos, e organizar Brigadas de voluntários para emergências, por em execução, quando necessário, o cerimonial da Associação.

Art. 33º

Compete a Comissão CULTURAL e EDUCACIONAL; Através de seu Coordenador, promover a Educação ambiental em obediência a nova Lei Ambiental Brasileira, a integração Comunidade Associação via planejamento, execução e controle das atividades, na Educação, Desportos e Cultura, entre elas, Musica, Bibliotecas, Futebol, Literatura, Artes Cênicas e Artesanato.

Art. 34º

A Comissão de SAÚDE, Através de seu Coordenador, deverá colaborar e promover o saneamento das doenças juntamente com os órgãos de saúde, do Município, do Estado ou da União ou do Exterior, e elaborar o plano Anual de atividades e relatórios, fornecendo subsídios de sua atuação para os órgãos públicos conveniados.

CAPITULO VIII

DAS ELEIÇÕES, POSSES E EXERCÍCIOS, DOS MANDATOS

Art. 35º

As eleições para Diretoria, realizar-se-ão no primeiro trimestre do ano com o dia estabelecido em Assembléia Geral. O mandato do Presidente, será de TRÊS ANOS, permitindo-se, por voto secreto e direto, que se reeleja, não havendo incompatibilidades ou processos judiciais transitados em julgado contra o mesmo.

§ - 1º Os Diretores, Secretário e Tesoureiro, terão mandato de três (03) anos, permitindo-se a sua reeleição, desde que não haja impedimentos.

§ - 2º Poderá ser eleito para qualquer cargo dentro da Associação, qualquer associado conforme estabelece o Art. 8º e Parágrafo 2º e demonstre interesse pela Comunidade, tenha projetos claros e específicos, de desenvolvimento, com objetivo de beneficiar os associados e a população da Área.

Art. 36º

As chapas dos candidatos serão submetidas a Comissão Eleitoral, podendo esta, ou qualquer interessado, membro da Associação, e quites, conforme Art. 12º alínea h e parágrafo único, impugna-las quando contrariar os dispositivos regimentais, ou estatutários.

§ - 1º A Comissão Eleitoral, será designada pela Assembléia ou pelo Presidente do Conselho Fiscal, e terá obrigatoriamente em sua composição, de um ou dois membros do Órgão Representativo Superior do Município no qual esteja filiada.

§ - 2º A mesa Receptora, na Eleição, será obrigatoriamente composta por pessoas do Órgão Representativo Superior do Município, que após o término, da Eleição, transformar-se-à em mesa Apuradora.

§ - 3º A Comissão eleitoral, vencido o prazo das inscrições de chapas sem candidatos em número superior a um registro, poderá propor a Assembléia Geral, a eleição por aclamação.

Art. 37º

O pleito será realizado por Lista Nominal, cadastrada pela Comissão Eleitoral, sendo mantidos os sócios anteriores. O voto será secreto e direto considerada vencedora a chapa que conseguir maior numero de votos.

Art. 38º

A diretoria, tomará posse imediatamente e entrará em exercício dentro do período máximo de dez (10) dias, após receber da Diretoria anterior, a prestação de contas do período compreendido entre o último balanço e a transmissão dos cargos.

Parágrafo Único:

O Mandato do Conselho Fiscal será de três (03) anos, permitindo-se a reeleição e recondução sucessiva desde de que não exista impedimentos e assim o desejar a Assembléia Geral.

CAPITULO IX

DA DISSOLUÇÃO

Art. 39º

A Associação somente poderá ser dissolvida:

- a - Se deixar de desempenhar efetivamente as atividades assistenciais a que se destina.
- b - Se aplicar as importâncias representadas pelos auxílios, contribuições, convênios, doações, subvenções ou outras rendas, em fins diversos dos previstos neste Estatuto.
- c - Se ficar sem efetiva administração, por abandono ou omissão continuada dos seus órgãos diretores, inclusive de seu Presidente.
- d - Automaticamente, se for deliberado por 2/3 (dois terços) de seus sócios, em Assembléia Geral especificamente convocada para este fim, obedecendo o que estabelece o Artigo 7º.

ARTÓRIO DO JUDICIAL F ANEXOS
COMARCA CAAPIRIRAN

Cristian Mendes da Silva
ESCRIVÃO-TABELÃO E OFICIAL

PR. A. G. TULIO VARGAS, 345-CENTRO

União das Entidades Comunitárias
de Maracá, UECOM

Reimundo ...ato Souza
CPF: 018.952.342-48
Presidente

Dr. Alexandre B. Mendes
ADVOGADO
OAB-AM 3977

TULO X

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**Art. 40º**Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos em *Assembléia Geral*.**Parágrafo Único:**Será considerada data *solene* para festividades, o dia da fundação da Entidade.**Art. 41º**

A Composição do Conselho Fiscal, será registrada em Livro de Atas

Art. 42º

O associado que ficar inadimplente em operações de crédito, avalizadas pela Associação junto a Rede Bancária Oficial, terá o imóvel, benfeitorias e animais, no valor do saldo Devedor da Operação, automaticamente à disposição da Associação para pagamento da Operação de crédito.

Parágrafo Único:

Perderão os mandatos, qualquer membro da diretoria que faltarem a três (03) reuniões consecutivas ou a cinco (05) alternadas, sem justificativas.

Art. 43ºNenhum dispositivo deste **ESTATUTO** poderá ser alterado sem aprovação pela maioria da Assembléia.**Art. 44º**

Este Estatuto entrará em vigor a partir do dia da sua aprovação.

Corrigido e Digitado por:


Raimundo Nonato SouzaUnião das Entidades Comunitárias
de Maracápurú - BECOMRaimundo Nonato Souza
CPF: 018.652.342-49
PresidenteC. Alexandre B. Mendes
ADVOGADO
OAB-AM 3977**CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS DA COMARCA DE CAAPIRANGA**

Certifico que o presente título foi em 03 vias.....

Apresentado para registro no dia 26/07/2004.....

Registrado no livro B-01 às fls. 132. a 136 sob nº 032..

CARTÓRIO DO JUDICIAL F ANEXOS
COMARCA CAAPIRANGA - AM
Cristian Mendes da Silva
ESCRIVÃO-TABELÃO E OFICIAL
RUA GETÚLIO VARGAS, 345 - CENTROCristian Mendes da Silva
ESCRIVÃO-TABELÃO E OFICIAL
CPF 858 341 228 49



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 06.916.325/0001-03 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 26/07/2004</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DOS PRODUTORES DA COMUNIDADE SAO LAZARO</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) DOMINGUINHO</div>		<div>PORTE DEMAIS</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada</div>			
<div>LOGRADOURO LG LAGO GRANDE</div>	<div>NÚMERO SN</div>	<div>COMPLEMENTO RIO MANACAPURU</div>	
<div>CEP 69.425-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL</div>	<div>MUNICÍPIO CAAPIRANGA</div>	<div>UF AM</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO ILCINHO28@GMAIL.COM</div>		<div>TELEFONE (92) 9134-2240</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/07/2004</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 09/02/2025 às 16:22:19 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 06.916.325/0001-03
Razão Social: ASS DE DESNV RURAL PROD DA COMUN SAO LAZARO
Endereço: LGA GRANDE SN RIO MANACAPURU / ZONA RURAL / CAAPIRANGA / AM / 69410-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/02/2025 a 07/03/2025

Certificação Número: 2025020618551835890366

Informação obtida em 09/02/2025 16:12:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DOS PRODUTORES DA COMUNIDADE SAO LAZARO
CNPJ: 06.916.325/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 21:25:52 do dia 22/01/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/07/2025.

Código de controle da certidão: **AF20.778C.60C2.778D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DOS PRODUTORES DA
COMUNIDADE SAO LAZARO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 06.916.325/0001-03

Certidão nº: 3987780/2025

Expedição: 22/01/2025, às 21:21:44

Validade: 21/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DOS PRODUTORES DA COMUNIDADE SAO LAZARO (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 06.916.325/0001-03, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Fazenda
Secretaria Executiva da Receita
Departamento de Arrecadação

Certidão Nº: 55465589
Data: 09/02/2025
Hora: 15:08:46
Válida até: 11/03/2025

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CNPJ: 06.916.325/0001-03 - ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DOS PRODUTORES DA COMUNIDADE SAO LAZARO

* As incorreções porventura existentes, referentes ao nome, CPF ou CNPJ so de inteira responsabilidade do requerente.

Resguardando o direito da Fazenda Estadual de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico que de acordo com as buscas procedidas nos livros e registros existentes na Dívida Ativa do Estado do Amazonas, correspondentes aos últimos 05 (cinco) anos, não consta qualquer débito inscrito em nome do interessado acima identificado, até a presente data. Esta CERTIDÃO é a única emitida pela Secretaria de Fazenda, inclui todos os débitos inscritos ou não na Dívida Ativa do Estado.

Para efeito de validação desta certidão, consultar: <http://www.sefaz.am.gov.br>





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Estado do Amazonas
Secretaria de Segurança Pública



Nome / Name
FRANCISCO BATISTA DA SILVA

Nome Social / Social Name

Registro Geral - CPF / Personal Number
021.743.582-39

Sexo / Sex
M

Data de Nascimento / Date of Birth
18/11/1986

Nacionalidade / Nationality
BRA

Naturalidade / Place of Birth
MANACAPURU/AM

Validade / Validity
17/01/2024

FRANCISCO BATISTA DA SILVA

Assinatura do Titular / Cardholder's Signature

CARTEIRA DE IDENTIDADE



810001029949

P 201

Filiação / Filiation
RAIMUNDA BATISTA DA SILVA

SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA

Órgão Expedidor / Card issuer
**INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ADERSON
CONCEIÇÃO DE MELO**

Local / Place of issue
MANAUS

Emissão / Issue
17/01/2024


Assinatura do Expedidor / Card issuer Signature
Márcia Soares Araújo da Costa
Diretor do Instituto de Identificação

TOMAS DREX

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, FRANCISCO BATISTA DA SILVA

Portador (a) do RG nº 021.743.582 - 39, inscrito (a) no CPF nº 021.743.582-39 DECLARO para os devidos fins de comprovação de residência, sob as penas da lei (art. 2º da lei 7115/83), que sou residente e domiciliado na **COMUNIDADE** Com. DOMINGUINHOS localizada, na Zona Rural, do município de CAAPIRANGA, Estado do (a) AMAZONAS.

Declaro ainda, estar ciente de que declaração falsa pode implicar no sansão penal prevista no art. 299 do Código Penal, *In verbis*.

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

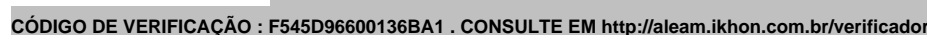
07 de FEVEREIRO de 2025.

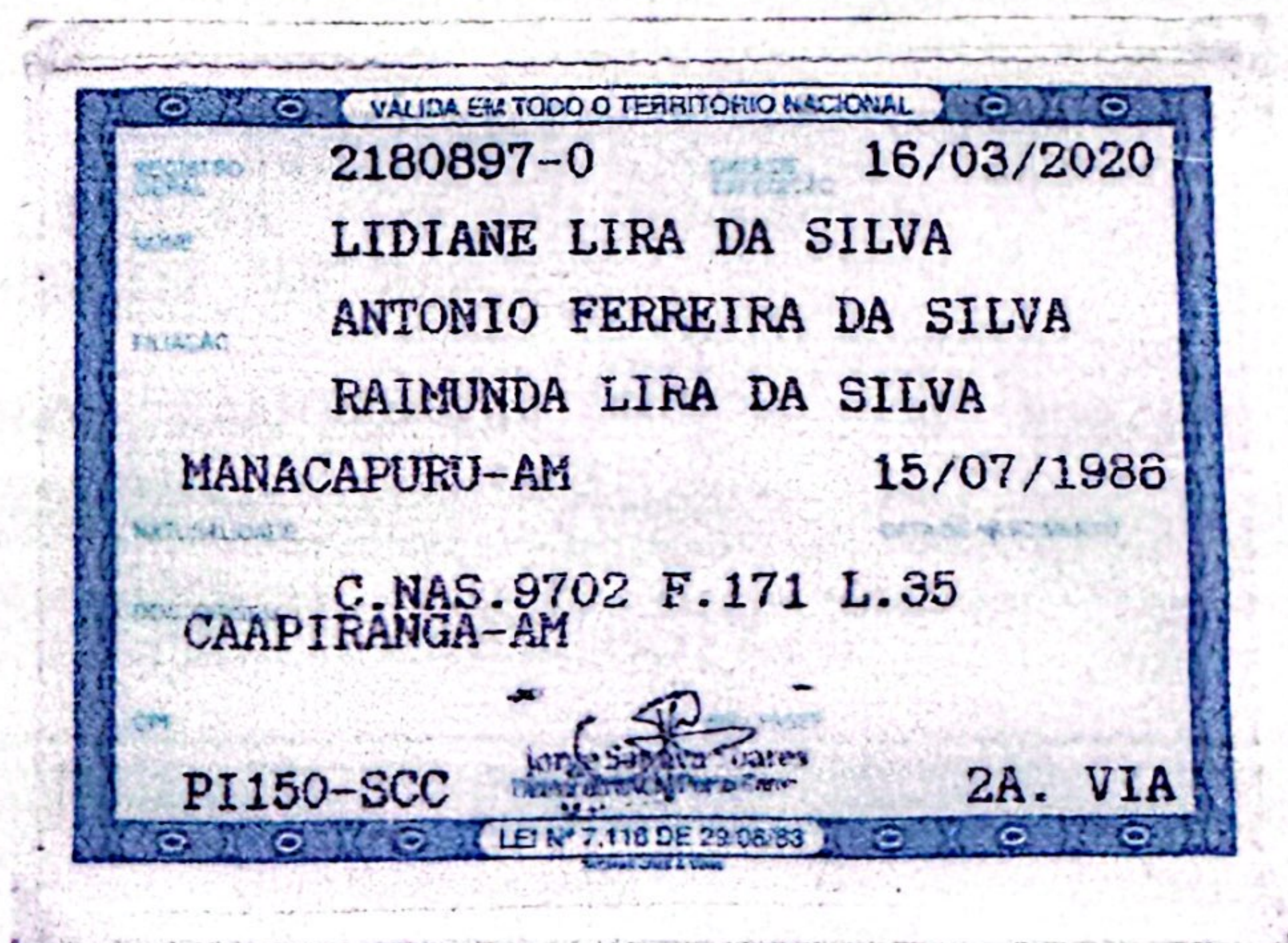
FRANCISCO BATISTA DA SILVA

Assinatura do Declarante











Para contato com
a Amazonas Energia,
Informe este **NUMERO**

SEU CÓDIGO

2278610-4

AMAZONAS ENERGIA S/A

Av. Djalma Batista, 4400 Unidade 2 - Flores - CEP 68000-007

CNPJ: 02.541.467/0001-20 | Insc. Estadual: 04.210.600-2

Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica.

NOTA FISCAL Nº 096343861

SÉRIE 001 / DATA DE EMISSÃO: 08/01/2025

Consulte pela Chave de Acesso em:

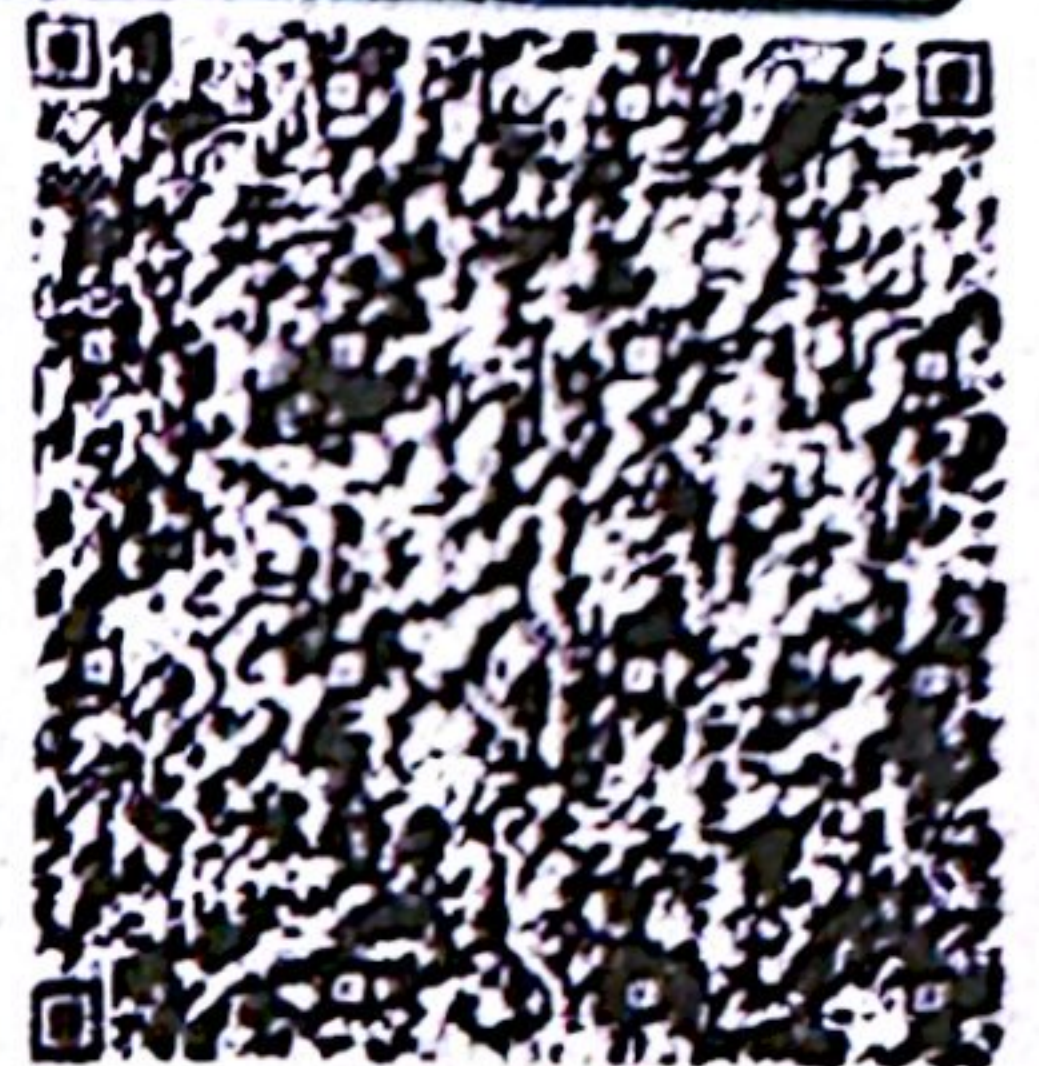
<https://dfe-portal.evra.rs.gov.br/NFSE/Consulta>

Chave de acesso:

1325 0102 3414 6700 0120 6600 1096 3438 6120 6343 8613

Protocolo de autorização:

EMITIDA EM CONTINGÊNCIA
Pendente de autorização



CONTA MÊS

VENCIMENTO

CONSUMO (KWH)

TOTAL A PAGAR (R\$)

JANEIRO/2025

03/02/2025

150

81,31

LIDIANE LIRA DA SILVA

CM DOMINGUINHOS 212 AME 212

ZONA RURAL

CEP: 69.425-000 - CAAPIRANGA

R: 729.156.06.25.082400

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

Grupo/Subgr	Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Faturamento	Modalidade
B	RESID. EX. RENDA	MONOFÁSICA	11234499	NORMAL	CONVENIONAL

DATAS DA LEITURA

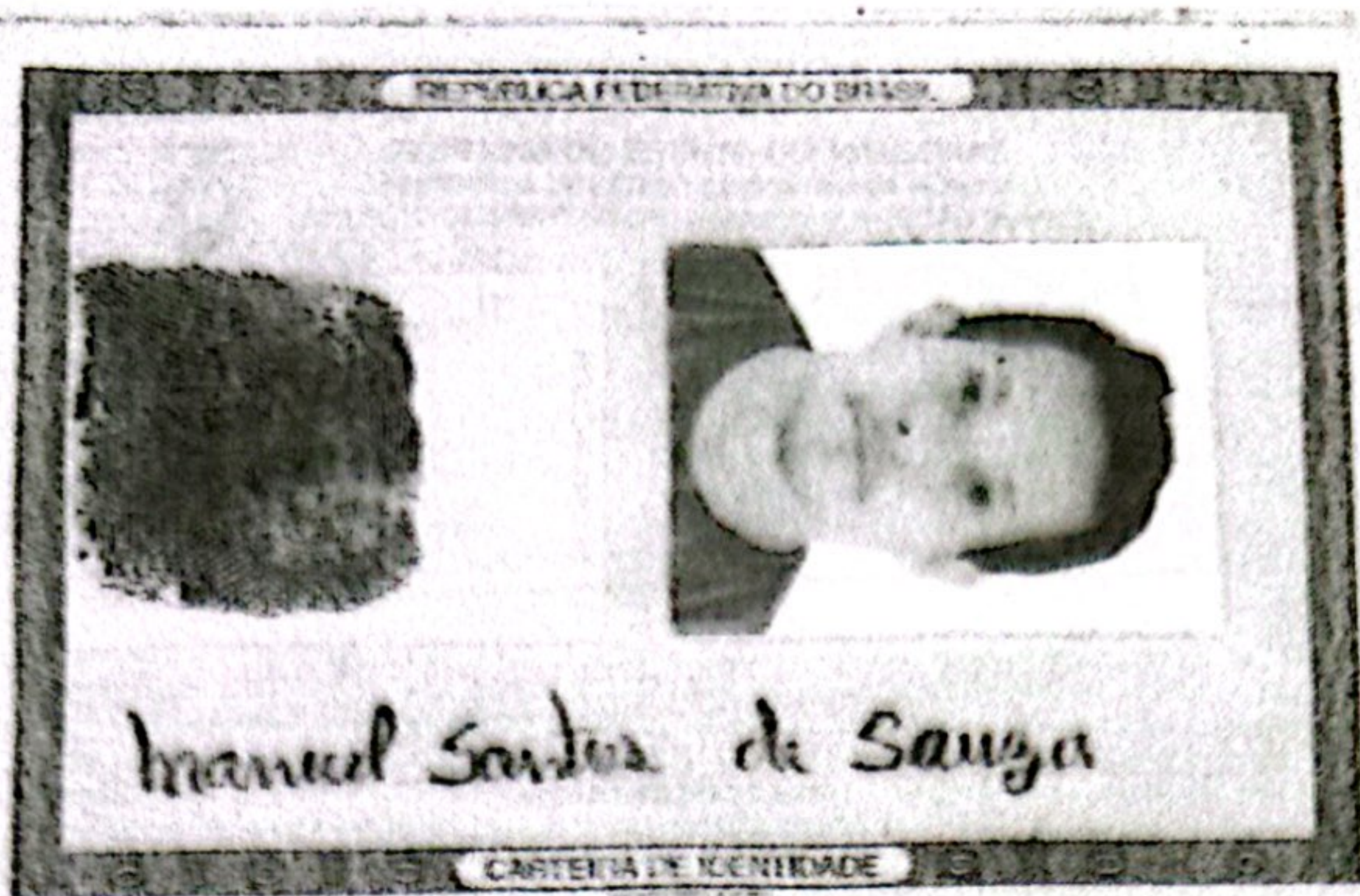
Atual:	10/01/2025	Dias de consumo:	30	Emissão:	08/01/2025
Anterior:	11/12/2024	Próxima leitura:	09/02/2025	Apresentação:	10/01/2025

DADOS DA LEITURA (KWH)

	kWh TOT/PTA	INJETADO TOT/PTA	kWh F.PONTA	INJETADO F.PONTA:	kWh INTERMED.	INJETADO INTERMED.	kWh RESERVADO	INJETADO RESERVADO
Lelt. Atual	13448							
Lelt. Anterior	13298							
Constante	1.000							
Resíduo	0							
Medido	150							
Faturado:	150							

CONSUMO

DESCRIÇÃO DA CONTA



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

3033880-8 22/05/2013

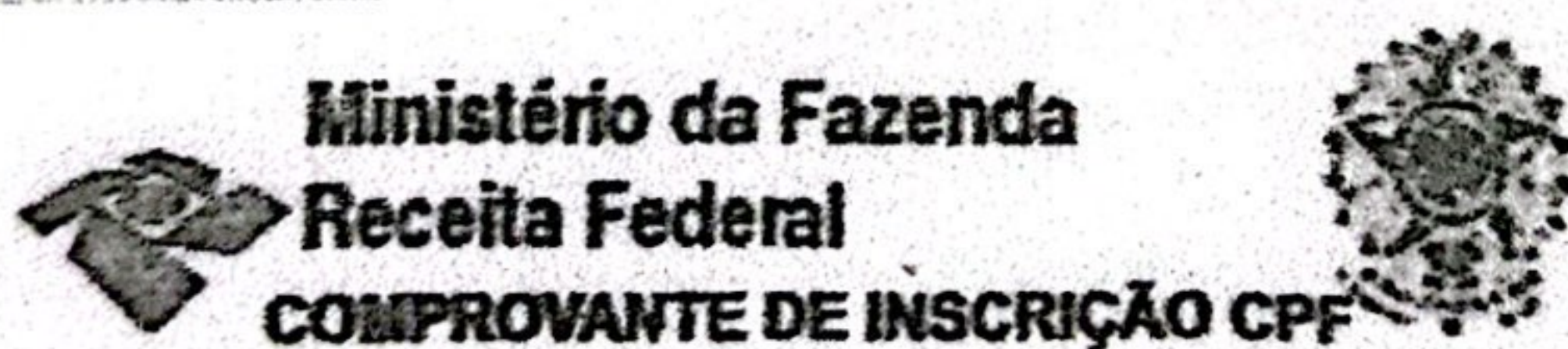
MANUEL SANTOS DE SOUZA
ELOI GOMES DE SOUZA
ANTONIA FERNANDES DOS SANTOS

COARI-AM 10/05/1960

CERT. NASC. N. 8.222 FLS. 52
LV. 16 CART. COARI-AM

DAIZE-JCA 1A VIA

LES Nº 7.113 DE 20/08/55



Ministério da Fazenda
Receita Federal
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
899.261.102-15

Nome
MANUEL SANTOS DE SOUZA

Nascimento
10/05/1960



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, MANUEL SANTOS DE SOUZA

Portador (a) do RG nº 3033880-8, inscrito (a) no CPF nº 899.261.102-15 DECLARO para os devidos fins de comprovação de residência, sob as penas da lei (art. 2º da lei 7115/83), que sou residente e domiciliado na COM. DOMINGUINHOS bairro, do município de CHAPIMBA, Estado do (a) AMAZONAS.

Declaro ainda, estar ciente de que declaração falsa pode implicar no sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, *In verbis*.

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

07 de FEVEREIRO de 2025.

Manuel Santos de Souza

Assinatura do Declarante



Ata da Assembleia Geral para fundação e 01
A novação dos Estatutos da Associação de Desenvolvimento Rural dos Produtores da Comunidade São João -
Dominguinhos, Lago Grande, Rio Manacapuru,
Município de Caxiriungo, Estado do Acre.

Aos dez dias do mês de Maio do ano de mil nove-
centos e oitenta e oito do nascimento de Nosso Senhor Jesus
Cristo, na localidade denominada de Dominguinhos,
no Rio Manacapuru, Lago Grande, as nove horas da
manhã reuniram-se em Assembleia Geral os moradores
e demais membros da Comunidade com o fim único a
fundar a Associação e a novação dos Estatutos. De
início aos trabalhos o Senhor João Salvador de Cai-
nelho pediu aos presentes que indicassem uma pessoa
para presidir a Assembleia Geral, por aclamação
presente foi reconduzido ao cargo o mesmo a quem
comunicou, designou a mim Maria de Lira para
secretaria os trabalhos e redigir a ata da reunião
em seguida o senhor presidente da Assembleia fez
presente os trabalhos e explicou aos presentes a neces-
sidade de fundar a Associação e registrar os documentos
em cartório para que a associação possa receber o caráter
de pessoa jurídica, em seguida fez uso da palavra o
senhor Rui Mendes Loureiro Souza que passou a comentar
sobre as finalidades da entidade que agora se cria que
seja composta por todos os moradores que queiram uni-
re, auxiliar e promover o desenvolvimento do trabalho a
ser feito pela organização nos seus mais diversos aspec-
tos, congratulou-se como presidente da Assembleia de
fundo de seu esforço que despertou de sentimento e ga-
lhos teve a iniciativa de organizar uma Comissão
com fins e objetivos tão humanitários e de servir
os moradores da região para fazer parte
da responsabilidade que se tem

EXATIDÃO DO JUIZ
COMARCA
EXATIDÃO DO JUIZ
COMARCA
EXATIDÃO DO JUIZ
COMARCA

este ponto, pediu aos presentes que divulgassem e
no trabalho que será desenvolvido daqui por
frente, que a Comunidade possa crescer e ter suas re-
clamações atendidas pelas autoridades, em seguida o pre-
sidente fez trabalhos puros e a aprovação do nome da entidade
de ser: Associação de Desenvolvimento Rural dos
Produtores de Comunidade São Lázaro, sendo de imedi-
ato aprovado por unanimidade, em seguida por solicitação do
senhor presidente, foi feita a leitura do projeto de estatuto
elaborado pelo senhor Rui Nuno de Sousa, no seguinte
em que o mesmo se encontra lido, o presidente colocou a arti-
gulação em discussão e votação, após concluída a leitura
foi aprovado por unanimidade. Por decisão de todos
os presentes a entidade que agora se funda não terá fins
lucrativos nem com nenhum membro de sua diretoria
receberá remuneração alguma título, foi determinado
que a entidade que agora se cria cumprirá todos o possível
para ser a mesma promovação sua responsabi-
lidade, mantendo credenciando-se desta forma a proposta
das entidades Municipais, Estaduais e Federais,
não mais havendo a tratar, foi elevada a um
de qual eu Manic de Silva Cumpre ser secretário e assinar
lavrada presente etc por ser por mim assinada e por
todos os presentes.

Domingos, Lázaro, 10 de Março de 1988

Vicente Vira da Silva

Bidiane Vira da Silva

João Augusto de Sales

Sebastião Ferreira da Silva

Elito Carvalho de Silva

Francisca Oliveira dos Santos

Antônio Souza Costa

lira.

maria almeida de sales

02

Demoslene Araujo de Sales

D. Edilson Almeida de Sales

5

maria da Silva Araujo

João Santos de Souza

7

Raimunda Domingas da Costa

Cláudia Araujo de Sales

João Batista FONSECA FILHO

Antonio Ferreira da Silva

Francisco Renato Andrade de Freitas

6

Raimunda Lira Cruz

Enequina Araujo de Sales

João Salvador de Carvalho

2

Lucimar da Silva Araujo

**CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS DA COMARCA DE CAAPIRANGA**

CARTÓRIO DO JUDICIAL
COMARCA DE CAAPIRANGA

Cristian Mendes da Silva
ESCRIVÃO-TABELIÃO E OFICIAL

PLA. S. TULIO VARGAS, 345-CENTRO
CAAPIRANGA - AM, 26/07/2004.

Cristian Mendes da Silva
ESCRIVÃO-TABELIÃO E OFICIAL
CPF 858.341.228-49

Associação de desenvolvimento rural dos produtores
da Comunidade São Lázaro Dominguinhas Ardenpross.
Cep: 69.425-000 inscrita no CNPJ: 06.916.325-0001-03.

NO DIA 31 DE NOVEMBRO DE 2023, ÀS 19 HORAS, NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO EM DOMINGUINHOS, O PRESIDENTE ILSON COSTA DEU INÍCIO A MAIS UMA REUNIÃO PARA TRATAR ASSUNTOS RELACIONADOS A ASSOCIAÇÃO, ONDE O FOCO PRINCIPAL ERA A NOVA DIRETORIA DA OSC. POIS SEU MANDATO ENGEROU NO DIA 02 DE NOVEMBRO 2023. E PARA QUE ASSOCIAÇÃO NÃO PARE E TENHA QUE DEVOLVER TUDO QUE CONSEGUIU AO GOVERNO, TEREMOS QUE DAR CONTINUIDADE, MAIS COM OUTRO PRESIDENTE A FRENTE SENDO QUE O MESMO JÁ CUMPRIU O MANDATO SEQUIADE, COMO AÍTA O ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO. DEPOIS DE VÁRIAS EXPLICAÇÕES, O MESMO SALIENTOU A IMPORTÂNCIA DE COLOCAR UMA MULHER NA PRESIDÊNCIA, PORÉM NENHUMA QUIZ TAL CARGO. HOVE ENTÃO DOIS CANDIDATOS, O SRº MANUEL SANTOS E SRº FRANCISCO BATISTA, VOTAÇÃO BEM DISPUTADA, SENDO VENCEDOR O SRº FRANCISCO BATISTA COM 14 VOTES E SRº MANUEL SANTOS COM 09 VOTES. FICOU CERTO QUE AMBOS IRIAM COMPOR PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDENTE.

ASSIM FICOU FORMADA NOVA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO PRESIDENTE, FRANCISCO BATISTA DA SILVA, VICE-PRESIDENTE, MANUEL SANTOS DE SOUZA, FRANCISCO SANTOS DA SILVA 1º TESOUREIRO, WILAS LIRA DA SILVA 2º TESOUREIRO, LIDIANE LIRA DA SILVA 1ª SECRETÁRIA, CONSELHEIRO FISCAL, PRESIDENTE, MARIA ALMEIDA DE SALES, CONSELHEIROS, MANG MAGNO ALMEIDA DE SALES, E RAIMUNDA LIRA DA SILVA, SUPLENTE, MARIA RAIMUNDA GOMES DA SILVA E VALERIA ALMEIDA DE SALES.

APÓS A VOTAÇÃO, TEVE AINDA PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA, POIS ISSO O PRESIDENTE, FALOU DO NÃO CONTEMPLAMENTO NO EDITAL DO FPS 2022, A FALTA DE RECURSO PARA OS

REGISTRADO

PROGRAMAS JUNTO A CONAB-AM, E AINDA EXPLI-
COU SOBRE OS MOTIVOS FAZEM ENTREGAS E
OUTROS NÃO, DEVIDO A NÃO INSCRIÇÕES EM
PROGRAMAS TAIS COMO, PREME, PNAE E
PAA-SEPROR.

PRESIDENTE AINDA CITOU A QUESTÃO DA
POSSE DA TERRA ONDE OS ASSOCIADOS TRABALHAM
QUE VAI SER NECESSARIO TER PARA TIRAR O
CAF, DOCUMENTO QUE SUBSTITUIU A DAP, QUE
O MESMO SO TIRA SE TIVER A POSSE DA TER-
RA. ~~POIS~~ OUVIU AINDA UMA LEVE DISCURSÃO
SOBRE O TEMA COLOCADO, E NÃO TENDO MAIS
ASSUNTO PARA AQUELE MOMENTO, O PRESIDENTE
RELATOU QUE FAZÁ A PRESTAÇÃO DE CONTA NA
APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DA NOVA DIRETORIA
E RELATOU QUE TEM DINHEIRO EM CAIXA PARA
PAGAR TODA DOCUMENTAÇÃO, NO MAIS AJADELEU
A PRESENÇA DE TODOS, PARABENIZOU AO NOVO PRESI-
DENTE, DESEJOU-LHE BOAS SORTE, E DEU POR ENCE-
RRADA A REUNIÃO. E EU JORDIANE LIRA DA SILVA
QUE SECRETARIEI ESSA ASSEMBLEIA, ASSINO JUNTO
AOS DEMAIS DANDO FÉ DO DESCRITO ACIMA.

DOMINGUINHOS 14 DE NOVEEMBRO 2023.

Assinatura Lina Cruz

01 - Autoria 2. Lina Cruz da Silva

02 - Maria Rosa Costa da Silva

03 - Ilvan Lora Silva

04 - Wilson Lira da Silva

05 - Elvino Lora da Almeida

06 - Maria Raimunda C. da Silva

07 - Valério Almeida de Sales

08 - Edna Lúcia Freitas da Costa

09 - Maria Almeida de Sales

- 02= MAGNO ALMEIDA DE SAES
 11= FRANCISCO BATISTA DA SILVA
 12= FRANCISCO RENATO ADRIANO FEITA
 13= PEDRO SALES DE SOUZA
 14= João Brandão de Sales
 15= Maurício Pinheiro da Silva
 16= Francisco Sertes da Silva
 17= Manuel Santo de Souza
 18= Inaide Sales da Costa
 19= Marcelo Sales da Costa
 20= João dos Santos de Souza
 21= Juciane Lima da Silva
 22= Juciane Lima da Silva



SELO ELETRÔNICO TJAMSELO
 REGTIT004978458FUK33C9E8MD45, Valor do ato: R\$
 182,02. P/B: ASSOCIAÇÃO DE
 DESENVOLVIMENTO RURAL DOS PRODUTORES DA
 COMUNIDADE SÃO LAZARO, data 14/11/2023.
 Consulte o selo em <http://cidadejo.porcelanajam.com.br/>
 ou através do QR Code:



CYNTHIA SIMONE BARROSO MERA
 NOTÁRIA E REGISTRADORA
 Portaria nº 12/2021-CGJAM

CARTÓRIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO
 CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE CAPIRANGA
 REGISTRADO NO LIVRO Nº 01-A SOB JURE ORDEN 353
 CAPIRANGA, 14/11/2023

CYNTHIA SIMONE BARROSO MERA
 NOTÁRIA E REGISTRADORA
 Portaria nº 12/2021-CGJAM



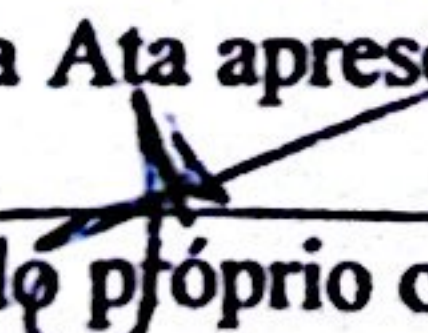


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS
CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE CAAPIRANGA

C E R T I D ã O



CYNTIA SIMONE BARROSO MERA, Oficial Interina do Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Caapiranga, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

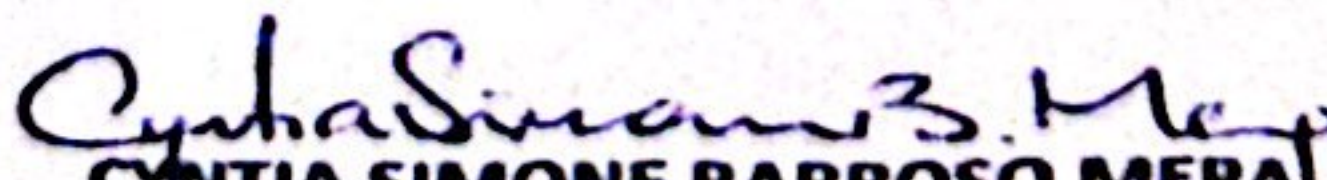
CERTIFICO, em virtude das atribuições que por lei me são conferidas e a requerimento verbal de parte interessada que, revendo no Cartório a meu cargo o **LIVRO A, NÚMERO 1 (UM) – REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**, dele verifiquei constar o registro da **ATA DE REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DOS PRODUTORES DA COMUNIDADE SÃO LÁZARO – MUNICÍPIO DE CAAPIRANGA/AM**, realizada em onze (11) de novembro, do ano de dois mil e vinte e três (2023), para eleição e posse da nova diretoria, apresentada pelo senhor Ilson Costa Silva e apontada sob o número de ordem **353 (TREZENTOS E CINQUENTA E TRÊS)**, ficando assim constituída: Presidente – **FRANCISCO BATISTA DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 2451735-6 SSP/AM e do CPF nº 021.743.582-39; Vice-Presidente – **MANUEL SANTOS DE SOUZA**; 1º Tesoureiro – **FRANCISCO SANTOS DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 1125622-2 SSP/AM e do CPF nº 587.508.782-04; 2º Tesoureiro – **WILAS LIRA DA SILVA**; 1º Secretário – **LIDIANE LIRA DA SILVA**. **CONSELHO FISCAL**: Presidente – Maria Almeida de Sales; **CONSELHEIROS**: Magno Almeida de Sales e Raimunda Lira Cruz; **SUPLENTE**S: Maria Raimunda Gomes da Silva e Valeria Almeida de Sales. Tudo conforme original e cópia da Ata apresentada em Cartório, a qual foi devidamente conferida, registrada e arquivada. Eu, , Cyntia Simone Barroso Mera, Oficial Interina, lavrei o presente registro do próprio original, dou fé, subscrevo e assino. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Caapiranga, aos quatorze (14) dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três (2023).



SELO ELETRÔNICO TJ/AMSELO
CER Nº 10487805JELKULLMX5XF18, Valor do ato: R\$
162,00 (seiscentos e doze reais); ASSOCIAÇÃO DE
DESENVOLVIMENTO RURAL DOS PRODUTORES DA
COMUNIDADE SÃO LÁZARO, data 14/11/2023
Consulte o ato em <http://cidadeo.pccsistema.com.br/>
ou acesse o QR Code



CYNTIA SIMONE BARROSO MERA
NOTARIA E REGISTRADORA
Portaria nº 12/2021-CGJ/AM


CYNTIA SIMONE BARROSO MERA
OFICIAL INTERINA



Documento 2025.10000.00000.9.020903
Data 19/05/2025



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

TRAMITAÇÃO
Documento Nº 2025.10000.00000.9.020903

Origem

Unidade: DEP. CRISTIANO DANGELO
Enviado por: ANDSON CUNHA DA SILVA
Data: 19/05/2025

Destino

Unidade: DIRETORIA DE APOIO LEGISLATIVO
Aos cuidados de: ROGERIO OLIVEIRA DA SILVA

Despacho

Motivo: ANÁLISE E PROVIDENCIAS

Despacho: PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS - PROJETO DE LEI "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DOS PRODUTORES DA COMUNIDADE SÃO LÁZARO."